



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

**COMPORTAMENTO ANTISOCIAL EM CRIANÇAS DO SEXO
FEMININO: CARATERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCO**

Trabalho submetido por

Laëtítia da Costa Videira

para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

dezembro de 2019



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

**COMPORTAMENTO ANTISOCIAL EM CRIANÇAS DO SEXO
FEMININO: CARATERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCO**

Trabalho submetido por

Laëtítia da Costa Videira

para a obtenção do grau de **Mestre** em Psicologia Forense e Criminal

Trabalho orientado por

Prof. Doutora Ana Cristina Pestana Neves

dezembro de 2019

Dedicatória

**Aos meus anjos da guarda...
vos dedico todos estes longos anos...
“e é nos meus dias bons, que gostava de vos falar...
para verem onde eu estou...
...onde eu consegui chegar”.**
Um enorme beijinho para ti pai e outro para ti avó!

Agradecimentos

It's the final countdown...

Um agradecimento muito especial à minha orientadora Prof. Doutora Ana Cristina Neves por toda a paciência e disponibilidade, durante todo este percurso.

Tenho de agradecer também à Inês Coelho, por toda a disponibilidade demonstrada e por toda a ajuda.

Um agradecimento muito especial à CPCJ do Barreiro por toda a disponibilidade, confiança e conhecimento que transmitiram, com uma estima muito especial agradeço ao Dr. Carlos Duarte, por todo o apoio!

Um muito obrigada CPCJ do Seixal porque sem a disponibilidade e confiança esta investigação não seria possível.

Não posso deixar de agradecer a todos os docentes que tive o privilégio de me cruzar durante esta caminhada, por toda a dedicação e empenho que transmitiram, sempre com o melhor rigor e profissionalismo com o intuito de sermos os melhores profissionais.

Às melhores, Joana, Mariana e Jéssica, só posso agradecer do fundo do coração toda a vossa amizade e paciência que têm para me ouvirem e me aconselharem em todos os momentos da minha vida! Quero levar-vos para sempre até sermos velhinhas!

À minha estrelinha, que fez parte desta longa caminhada, vou recordar-te para sempre... “E a vida não vai parar, vai como vento, tens tudo a dar...não percas tempo. Podes saber, que vais chegar Onde Deus te levar” (nós sabemos o quão isto é verdade).

À ti mãe, tenho de te agradecer pela excelente amiga que és, por todo o apoio e por nunca me deixares desistir, mesmo quando as razões eram mais fortes que a própria esperança. Um obrigada será sempre pouco para agradecer tudo o que fazes por mim!

À minha piolha rabugenta, que tantas vezes lhe digo não... desculpa por todas as vezes que te disse não às tuas brincadeiras e por toda a minha ausência...continuo a gostar muito de ti, vamos brincar?

Um obrigada não chega por tudo o que fizeram por mim e para mim!

Resumo

O presente estudo teve como intuito estudar o comportamento antissocial em crianças do sexo feminino. Para tal foram analisados 32 processos de promoção e proteção de raparigas com idades compreendidas entre os seis e os onze anos, recorrendo ao instrumento de avaliação *Early Assessment Risk List for Girls* Augimeri, Koegl, Webster, & Levene, 2001; Levene, Augimeri, Pepler, Walsh, Webster, & Koegl, 2001. Verificou-se que o tipo de comportamento antissocial mais frequente foi o absentismo e o abandono escolar. Observou-se também que a maioria das raparigas neste estudo apresentaram um nível de risco elevado 15 (46.9%). Os fatores de risco prevalentes foram os relacionados com o início das dificuldades comportamentais (96.9%), o estilo parental (90.7%) os apoios (87.5%) e os fatores de stress familiares (81.3%). Observou-se que o comportamento de oposição na escola e em casa foi aquele que na decisão global de risco teve uma classificação mais elevada, em comparação com restantes tipos de comportamentos. Já o comportamento qualificado como crime foi aquele que apresenta um nível de risco mais baixo.

No que respeita aos fatores de risco mais relevantes consoante o tipo de comportamento antissocial verificou-se que a aceitabilidade, as atitudes antissociais, o comportamento antissocial, a capacidade de coping e a responsividade da criança são mais frequentes nos casos de comportamento de oposição na escola e em casa. Já o estilo parental, o abuso/negligência/trauma, o desempenho académico e a responsividade da família são mais evidentes no absentismo e abandono escolar.

Os resultados deste estudo realçam a importância de serem identificados os antecipadamente os fatores de risco de crianças do sexo feminino, assim como auxiliar os profissionais a trabalharem no sentido da prevenção deste tipo de comportamentos.

Palavras-chave: *Sexo feminino, EARL-21G, Comportamento antissocial, Risco.*

Abstract

The present study aimed to study antisocial behavior in female children. To this end, 32 processes of promotion and protection of girls aged between six and the following years were analyzed, using the assessment instrument List of Early Assessment Risks for Girls Augimeri, Koegl, Webster & Levene, 2001; Levene, Augimeri, Pepler, Walsh, Webster and Koegl, 2001. Verified that the most common type of antisocial behavior was absenteeism and school dropout. Also note that most girls in this study had a high risk level 15 (46.9%).

The predominant risk factors were related to the onset of behavioral difficulties (96.9%), parental style (90.7%), support (87.5%) and family stressors (81.3 %). Note that the oppositional behavior at school and at home was that in which the overall risk decision was ranked higher compared to the other types of enforcement. Behavior qualified as a crime was the one with the lowest risk level.

Not respecting the most relevant risk factors or the type of antisocial behavior found to be acceptable, such as antisocial attitudes, or antisocial behavior, an ability to cope, and the responsibility of the child scored higher with school and home behavior. Parental style, abuse / neglect / trauma, academic performance, and family responsibility are more evident in absenteeism and school dropout.

The results of this study realize the importance of using or anticipating the risk factors of female children, as well as assistants or professionals working without meaning of application of this type of use.

Keywords: *Female, EARL-21G, Antisocial Behavior, Risk.*

Résumé

La présente étude visait à étudier le comportement antisocial chez les filles. À cette fin, 32 processus de promotion et de protection des filles âgées de six à onze ans ont été analysés à l'aide de l'outil d'évaluation *Early Assessment Risk List for Girls* Augimeri, Koegl, Webster et Levene, 2001; Levene, Augimeri, Pepler, Walsh, Webster et Koegl, 2001. Le type de comportement antisocial le plus courant s'est révélé être l'absentéisme et l'abandon scolaire. Il a également été observé que la plupart des filles dans cette étude avaient un niveau de risque élevé 15 (46,9%).

Les facteurs de risque prédominants étaient ceux liés à l'apparition de difficultés de comportement (96,9%), de style parental (90,7%), de soutiens (87,5%) et de facteurs de stress familiaux (81,3%). Le comportement opposé à l'école et à la maison s'est avéré le choix le plus risqué dans la décision de risque global par rapport aux autres types de comportement. Le comportement qualifié de crime était celui qui présentait le niveau de risque le plus faible.

En ce qui concerne les facteurs de risque les plus pertinents selon le type de comportement antisocial, il a été constaté que l'acceptabilité de l'enfant, ses attitudes antisociales, son comportement antisocial, sa capacité à faire face à sa capacité d'adaptation et sa réactivité sont plus fortement opposés aux comportements d'opposition à l'école et à la maison. Le style parental, l'abus / négligence / traumatisme, la réussite scolaire et la réactivité de la famille sont les plus évidents dans l'absentéisme et le décrochage scolaire.

Les résultats de cette étude soulignent l'importance d'identifier les facteurs de risque précoces chez les filles et d'aider les professionnels à œuvrer pour la prévention de ce type de comportement.

Mots-clés: *Femme, EARL-21G, Comportement antisocial, Risque.*

Índice

Resumo	1
Abstract.....	3
Résumé	5
Índice de Tabelas	9
Lista de Acrónimos.....	11
Introdução Geral	13
Revisão da Literatura.....	15
Fatores de risco para o comportamento antissocial	15
Fatores de risco no sexo feminino	17
Avaliação de risco em crianças	18
Contexto Português	21
O presente estudo	23
1. Método.....	23
1.1 Participantes	23
1.2 Instrumento.....	24
1.3 Procedimento	27
1.4 Análise dos dados	28
2. Resultados.....	29
2.1 Caracterização do comportamento antissocial	29
2.2. Tipo e prevalência dos fatores de risco	29
2.3. Relação entre o tipo de comportamento antissocial e o nível e tipo de fatores de risco.....	31
Discussão	35
Conclusão	43
Referências	45

Índice de Tabelas

Tabela 1 Itens do Earl-21G.....	25
Tabela 2 Itens dos fatores de risco	29
Tabela 3 Associação do tipo do comportamento antissocial com o nível do risco	31
Tabela 4 Frequência dos fatores de risco por tipo de comportamento antissocial	33

Lista de Acrónimos

- EARL-21G- *Early Assessment Risk List for Girls*
- EARL-20B- *Early Assessment Risk List for Boys*
- SNAP- *Stop Now and Plan*
- SAVRY- *Structured Assessment of Violence Risk in Youth*
- HCR-20- *Assessing Risk for Violence*
- SPJ- *Juízo Profissional Estruturado*
- LPCJP- *Lei de Promoção de Crianças e Jovens em Perigo*
- CPCJ- *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens*
- SPSS- *Statistical Package for the Social Sciences*

Introdução Geral

Este trabalho de investigação incide sobre a avaliação de risco para o comportamento criminal futuro em crianças com idades compreendidas entre os seis e os onze anos. Em Portugal, a negligência, o abandono, os maus tratos, os abusos, a exposição a modelos de conduta desviante estão presentes, a vários níveis, nas trajetórias de vida de muitas crianças e jovens (Sampaio, Cruz & Carvalho, 2013).

Assim, tem vindo a ser crucial o aumento de estudos sobre esta temática e essencialmente o desenvolvimento de instrumentos capazes de identificar fatores de risco em idades prematuras.

Portanto foram desenvolvidos o Early Assessment Risk List for Boys (EARL-20B) e o Early Assessment Risk List for Girls (EARL-21G) com o objetivo de avaliar crianças entre os seis e os onze anos de idade em risco de se envolverem em comportamentos criminais no futuro (Koegl, Farrington, & Augimeri, 2009; Koegl, Webster, Michel, & Augimeri, 2000; Levene, Augimeri, Pepler, Walsh, Koegl, & Webster, 2001).

A presente investigação inicia-se assim com um resumo e introdução geral, de seguida um enquadramento sobre o tema, de modo a compreender o que já se tem investigado a nível da temática e ainda o quão importante é a avaliação de risco nestas crianças.

E de seguida apresenta-se como objetivo a caracterização dos fatores de risco para a ocorrência de comportamento antissocial especificamente nas raparigas. De forma mais específica, procurou-se analisar a frequência dos fatores e níveis de risco das crianças sinalizadas por comportamentos antissociais; verificar se existia associação entre o motivo de sinalização os fatores e níveis de risco.

Por último, o presente trabalho termina com a apresentação da conclusão, salientando a importância da continuidade das investigações, assim como as limitações do presente estudo e conselhos para estudos futuros.

Revisão da Literatura

O comportamento antissocial traduz-se, de forma preocupante, em práticas que infringem as normas e a organização social, consistindo na adoção de ações prejudiciais ao próprio indivíduo ou a outras pessoas, tais como a família, professores, amigos e sociedade em geral (Frizzo, Pedrini, Souza, Bandeira & Borsa, 2015; Romão, 2013).

Mais típico em algumas fases do desenvolvimento, tais como a adolescência, o comportamento antissocial tem tendência a diminuir com a entrada na idade adulta (Enebrink, Langstrom & Gumpert, 2006; Farrington, 2001). Contudo, um pequeno grupo (cerca de 5 a 8%) de crianças e jovens vão persistir nesta conduta ao longo da vida (Assink, 2015). Quando este tipo de comportamento é grave e persistente, geralmente começou na primeira infância e está associado à influência de vários fatores de risco, quer de natureza intrínseca quer ambiental (e.g., Bordin & Offord, 2000; Fagan, Horn, Hawkins & Arthur, 2007; Fontaine, Carbonneau, Vitaro, Barker & Tremblay, 2009; Jiang, Walsh & Augimeri, 2011).

Os estudos sobre o desenvolvimento do comportamento antissocial incidiram, durante muito tempo, quase exclusivamente sobre amostras do sexo masculino (Fontaine, 2009). Tal como noutras áreas de estudo do comportamento criminal, tal justifica-se pelo facto da proporção de raparigas que exhibe este tipo de condutas de forma grave e persistente ser significativamente inferior à dos rapazes. Por exemplo, num estudo realizado com 445 raparigas constatou-se que apenas 6 (1%) exibiam comportamentos antissociais persistentes ao longo da vida (Fontaine et al., 2009). No entanto, tal como os rapazes, as raparigas que apresentam comportamentos antissociais e agressivos precoces experienciam grandes dificuldades no decorrer da sua vida, que merecem ser compreendidas, para que possam ser prevenidas (Walsh, Pepler & Levene, 2002).

Fatores de risco para o comportamento antissocial

Os fatores de risco podem definir-se como característica mensurável, aquelas características, variáveis ou perigos, que, se encontram presentes num indivíduo, acabando por expor esse indivíduo a um possível desenvolvimento de uma perturbação, pode ainda estar associado à probabilidade de ocorrências de resultados negativos ou indesejáveis.

Mais concretamente o que diz respeito à delinquência é importante referir que a presença de um ou mais fatores pode aumentar a probabilidade de uma ofensa ocorrer, no entanto sabe-se que muitos jovens nunca chegam a cometer qualquer tipo de ato criminal (Cunha, 2016). Os fatores de risco encontram-se divididos em fatores de risco estáticos ou dinâmicos. Os primeiros são fatores históricos da vida do sujeito, fatores inalteráveis que estão presentes e que são parte da vida do sujeito (Andrews & Bonta, 2010a). Já os segundos são fatores do funcionamento do indivíduo e das suas circunstâncias, fatores mutáveis possíveis de intervenção (Andrews et al., 2006).

Os diversos estudos longitudinais já realizados sobre o desenvolvimento do comportamento antissocial permitem identificar quatro categorias significativas de fatores de risco o comportamento antissocial precoce (um preditor estático); características pessoais dos jovens; características dos pais e familiares; e características sociais, dos jovens ou das suas famílias (Catchpole & Gretton, 2003).

No sistema familiar, uma dinâmica coerciva entre progenitores e filhos está subjacente ao desenvolvimento de problemas de comportamento antissocial. De facto, as práticas educativas ineficientes dos pais parecem ser determinantes do problema de comportamento na criança. Por sua vez, o estabelecimento de relações deficitárias entre os progenitores e os seus filhos pode gerar atitudes antissociais e acabam por estabelecer ligações com outras crianças com crenças similares. Caso as relações estabelecidas com estes pares persistam durante a adolescência, podem tornar-se um risco e rapidamente serem desenvolvidos comportamentos antissociais (Augimeri, Pepler, Walsh & Kivlenieks, 2016).

Em idade escolar, essa conduta leva ao fracasso académico e à rejeição dos colegas, aumentando o risco de depressão e reforçando o envolvimento com pares rotulados como rejeitados (Marinho & Caballo, 2002).

O comportamento antissocial pode também ocorrer no sentido da criança ou do jovem ser aceite em determinado grupo ou de garantir o seu estatuto social, no entanto, este tipo de motivação está mais associado a uma conduta antissocial transitória, limitada à adolescência. (Fontainet al., 2009; Moffit, 1993).

Fatores de risco no sexo feminino

Os fatores de risco, como já dito anteriormente podem variar devido às questões de género, assim houve a necessidade de criar ferramentas de avaliação diferenciadas. No EARL-21G em relação ao EARL-20B dois distintos itens (*Interação Cuidador-Filha* e *Desenvolvimento Sexual*) foram adicionados e o *contato da autoridade* foi incluído no *comportamento antissocial* e o desenvolvimento sexual.

Nas conclusões do estudo de Augimeri, Walsh, Enebrink, Jiang & Dassinger em 2010 as meninas apresentam maior risco nas subescalas da família e da criança, ou seja pode verificar-se que o risco encontra-se mais direccionado para os relacionamentos na vida destas crianças.

Assim os itens da família no EARG-21G avaliam até que ponto a criança estabeleceu laços bem nutridos, se é apoiada, supervisionada e se tem incentivo dos seus cuidadores. Por exemplo o envolvimento de um cuidador em atividades / valores antissociais pode levar a uma exposição do abuso / negligência / trauma da criança e pode colocar a criança em risco e exercer determinados comportamentos de forma inadequada. A experiência de tais riscos pode resultar em relacionamento disfuncional e pode interferir na capacidade da criança de desenvolver uma forte capacidade relacional. Um exemplo disso é o abuso físico e/ou sexual, que tende, a ser cometido por um membro da família e normalmente cedo na infância, é um evento traumático que parece também provocar um impacto mais profundo nas vidas de crianças do sexo feminino (Zahn, Hawkins, Chiancome & Whitworth, 2008).

Nos itens Criança, o foco está no risco individual fatores associados à criança e até que ponto ela realiza o seu papel social e age de forma responsável e sensata.

É na infância que a influência dos pais é maior, pois é aí que se desenvolvem os comportamentos pró-sociais, traços de personalidade e as atitudes positivas, no entanto se existir algum défice em todo o processo de desenvolvimento pode ocorrer disfunções que ao nível emocional quer ao nível social. Podendo ocorrer propensão para o desenvolvimento do comportamento antissocial, visto que a vinculação cuidadora-filha não se encontra consolidada (Frinck, 2006; Boxer & Frinck, 2008; Sapienza &

Pedronomico, 2005). A supervisão dos pais durante todo o período da adolescência é fundamental para que a jovem perceba a importância da desistência das atividades criminais, pois o vínculo que é criado afeta o comportamento de ambos, e esta preocupação é importante principalmente para os jovens (Patterson, 1982).

No que concerne às raparigas, estas apresentam dificuldades ao nível do respeito, da aprovação dos pares e da aceitação parental revelam-se melhores preditores da delinquência no sexo feminino do que no sexo masculino (Loper, 1999), a experiência de tais riscos pode resultar em relacionamento disfuncional dinâmica e pode interferir na capacidade da criança de desenvolver uma forte capacidade relacional, podem apresentar problemas de saúde mental, Kroneman et al. (2013) referiram que as raparigas que iniciam o seu período de menstruação precocemente apresentam mais problemas de comportamento, ao contrário das raparigas que iniciam este período mais tarde (Kroneman, Hipwell, Loeber, Koot, & Pardini, 2011).

No que se refere à população feminina, verificam-se poucos estudos, o que pode ser justificado pelo facto de os seus comportamentos anti-sociais serem considerados menos prejudiciais e com menores taxas de agressão para a sociedade em comparação com os rapazes. No entanto, as raparigas que apresentam comportamentos agressivos precoces têm mais tendência para experienciar grandes dificuldades no decorrer da sua vida (Waslh, Pepler e Levene, 2002), como por exemplo problemas de género específicos no desenvolvimento sexual (Caspi, Lynam, Moffitt e Silva, 1993).

Avaliação de risco em crianças

Associado ao conceito de fator de risco surge avaliação de risco, trata-se de um processo de especulação de forma informada acerca de atos agressivos que um individuo pode vir a cometer com vista a determinados passos que devem ser tomados para prevenir esses atos (Cunha, 2016).

Uma prevenção atempada do surgimento ou da repetição do comportamento antissocial passa pela identificação das crianças que estão em risco de desenvolver estas condutas e pela implementação de estratégias dirigidas aos fatores de risco associados (Duarte, 2011; Hurtz & Silva, 2002). Este processo deve ocorrer tão precocemente quanto possível, já que são diversos os estudos que mostram que crianças que se envolvem em

comportamentos antissociais, como a quebra de regras, os problemas de conduta e comportamentos agressivos, antes dos 12 anos, têm maior probabilidade de se tornarem futuros ofensores (Augimeri, Pepler, Walsh & Kivlenieks, 2016). Por outro lado, entre os 6 e os 12 anos parece ser um período crítico de maior permeabilidade à prevenção e intervenção, como por exemplo ao desenvolvimento competências de autocontrolo e resolução de problemas (Augimeri, Pepler, Walsh & Kivlenieks, 2016).

Apesar da relevância deste período de desenvolvimento, até 1998, não existiam instrumentos que permitissem aos profissionais realizar uma avaliação de risco estruturada junto de crianças menores de 12 anos (Augimeri, Walsh, Woods & Jiang, 2010). Com esta preocupação, foram desenvolvidos as ferramentas EARL em referência a pesquisas longitudinais prospetivas que demonstra uma associação robusta entre problemas de conduta precoce e participação futura em crime (Koegl, 2010). Para além da avaliação, estes instrumentos foram desenvolvidos a fim de auxiliarem os profissionais no planeamento e gestão do risco (Guy, 2008). Foram idealizados para clínicos e profissionais que trabalham com crianças que tem comportamento anti-social.

O instrumento *Early Assessment Risk List for Girls* (EARL-21G) utilizado foi desenvolvido no Canadá pelo *Child Development Institute*, e tem como principal objetivo avaliar raparigas entre os 6 e os 11 anos inclusive, no sentido de ajudar na identificação de crianças que estão em níveis especialmente elevados de risco para os outros ou para si próprias. Avalia variáveis relacionadas com a criança, família, vizinhança, responsividade e outros fatores sociais. No que diz respeito ao domínio da família, este avalia a que nível a criança foi apoiada e supervisionada, bem como o nível global de suporte familiar. Já no domínio da criança, este avalia até que ponto está a experienciar uma conduta mais impulsiva, incluindo ainda as preocupações ao nível do desenvolvimento e/ou académicas e a sua responsabilidade ao nível social. No último domínio é avaliada a capacidade e disposição da criança e da família para se envolver em planos de tratamento e qual o seu benefício.

A avaliação visa três objetivos: fornecer uma plataforma para aumentar a compreensão geral dos investigadores sobre fatores de risco na primeira infância, oferecer uma estrutura que ajude os profissionais a identificar e gerir, de forma sistemática, os

riscos, a fim de planejar o tratamento adequado; e como resultado, melhorar a confiabilidade e validade na previsão da probabilidade de crianças antissociais desenvolverem comportamento futuro delinquente (Augimeri, Pepler, Walsh, Jiang & Dassinger, 2010).

Os valores do alfa de Cronbach foram 0,74, 0,73 e 0,62, respectivamente (Jiang, Walsh e Augimeri, 2011).

Foi realizada uma investigação relativamente à eficácia do EARL- 21G na previsão de condenações por ofensas de meninas (Levene et al., 2001). As pontuações totais derivadas de 67 arquivos de casos SNAP® Girls foram usadas. Dos dados oficiais de condenação mostraram que, no geral, apenas 18 das 67 (27%) meninas foram consideradas culpadas por cometer um crime no seguimento, e embora as pontuações mais altas no EARL-21G estejam relacionadas a mais ofensas (34% versus 20%), no entanto a diferença que houve entre os dois grupos não foi significativa. Em estudos longitudinais mais recentes, foi determinado que a pontuação total do EARL-21G e a classificação do Julgamento Clínico Geral prevêem o início precoce da atividade criminosa (Augimeri et al., 2012) e a prevalência de condenações (Augimeri, Walsh, Enebrink, Jiang, Blackman & Kanter, 2016; Koegl, 2011).

Pode ainda verificar que um estudo longitudinal realizado por Enebrink e colaboradores em 2006, tendo como objetivo analisar a fiabilidade e a validade do instrumento EARL-20B, como uma amostra de 76 crianças para sexo masculino com idades compreendidas entre os seis e os onze anos que estavam referenciadas em nove clínicas na Suécia. Relativamente aos resultados, a soma total dos itens era de .92, assim os valores de Kappa para os itens individuais revelaram se também aceitáveis (Enebrink et al., 2006). Augimeri e colaboradores (2010) verificaram que o EARL-20B tem valores nos itens totais (ICC=.82) em relação a outros instrumentos SPJ, tal como o SAVRY (ICC =.81) e o HCR-20 (ICC =.78) (Augimeri et al., 2010).

Em Portugal, Coelho (2017) realizou uma investigação onde analisou a validade e a consistência interna do EARL-20B, tendo por base uma metodologia longitudinal retrospectiva, tendo verificado uma boa capacidade psicométrica no que diz respeito à consistência interna, e pode observar-se resultados significativos entre crianças que demonstravam posteriores comportamentos antissociais.

Pode concluir também que crianças que adotavam comportamentos antissociais obtiveram uma pontuação total maior e das subescalas em comparação com as crianças que não adotaram este tipo de comportamento. Verificou-se também que a pontuação total e da subescala da família foram estatisticamente significativas para preverem a adoção de comportamentos antissociais.

Constatou-se ainda, que as crianças que adotaram pelo menos um comportamento antissocial relataram maior pontuação total e pontuação da subescala da responsividade, em comparação com as crianças que não adotaram nenhum comportamento.

Relativamente à validade, demonstrou que existe uma correlação positiva entre as crianças que adotaram e, não adotaram, comportamentos antissociais violentos e não violentos e a pontuação total do EARL-20B.

Contexto Português

Em Portugal, desde Janeiro de 2001 estão disponíveis a Lei Tutelar Educativa (L.T.E.) (lei nº 166/99 de 14 de Setembro), o Regime Especial para Jovens (decreto-lei nº 401/82 de 23 de Setembro) e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (L.P.C.J.P.) (lei n.º: 147/99, 1 de Setembro). O sistema de justiça distinguiu de forma diferenciada menores em perigo e menores infratores, isto é, menores que pratiquem factos que a lei consagra como crime.

Aos jovens entre os 12 e os 16 anos e que tenham praticado factos qualificados na lei como crime aplica-se a Lei Tutelar Educativa, a qual visa a educação do menor para o direito e sua inserção de forma digna e responsável na vida/comunidade. Os jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos que pratiquem factos qualificados pela lei penal como crime poderão ser abrangidos pelo Regime Especial para Jovens, evitando-se assim a aplicação de penas de prisão a jovens adultos.

De destacar ainda as medidas de promoção e proteção no âmbito da L.P.C.J.P., tem como objetivo crianças entre os 0 e os 18 anos de idade (podendo em situações específicas ir até aos 21 anos), estas só podem intervir caso se verifique uma situação de perigo. No entanto quando passam de situações de risco, para situações de perigo, no caso de existir ausência de fatores de proteção (CNPDCJ, 2016), estas têm de ser sinalizadas

de imediato às Comissões (Art.º 3º, nº1 da Lei de promoção de Crianças e Jovens, aprovada pela Lei nº 175/15, de 8/9) (Nunes, Caridade, Oliveira, Costa, Carvalho & Guerra, 2015).

O presente estudo

O presente trabalho de investigação tem como objetivo caracterizar, de forma sistemática, os comportamentos antissociais apresentados por crianças do sexo feminino através da utilização do instrumento de avaliação de risco EARL-21G numa amostra portuguesa. No que diz respeito aos objetivos específicos, pretende-se: caracterizar o comportamento antissocial apresentado por crianças do sexo feminino entre os 6 e 11 anos de idade, sinalizadas no sistema de promoção e proteção português; identificar o tipo de a prevalência dos fatores de risco para o comportamento antissocial apresentados por estas crianças; relacionar o tipo de comportamento antissocial com o tipo e a prevalência dos fatores de risco destas crianças.

1. Método

O presente estudo é de cariz longitudinal retrospectivo, recorrendo à técnica da consulta processual e deu continuidade ao estudo iniciado por (Coelho, 2017), tendo alargado a sua amostra.

1.1 Participantes

A amostra foi composta a partir dos processos constantes em Comissão de proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Foram critérios de inclusão referirem-se a crianças do sexo feminino sinalizadas por comportamentos antissociais, com idades compreendidas entre os seis e os onze anos. Consideraram-se sinalizações por comportamentos antissociais aquelas referentes a situações de perigo que colocam em causa o direito à educação (e.g., abandono escolar ou absentismo escolar) e por assumirem comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento (e.g., comportamentos violentos). Delimitaram-se temporalmente as sinalizações entre o ano de 2008 até 2018.

Assim, a amostra final do estudo é constituída por 32 processos de crianças de sexo feminino. A idade dos participantes varia entre os 6 e os 11 anos, tendo uma média de 9.03 (DP=1.534). Das 32 crianças, 22 (68.8%) foram sinalizadas por situações de perigo que colocavam em causa o direito à educação, sendo que 10 (31.3%) referiam-se

a casos em que a criança assuma comportamentos que afetavam o seu bem-estar e desenvolvimento.

1.2 Instrumento

Para a realização deste estudo, o instrumento utilizado foi o Early Assessment List Risk for Girls (EARL-21G) (Augimeri, Koegl, Webster, & Levene, 2001; Levene, Augimeri, Pepler, Walsh, Webster, & Koegl, 2001), destinado a crianças do sexo feminino entre os 6 e os 11 anos, com o objetivo de avaliar o risco de envolvimento futuro em comportamentos antissociais e identificar áreas críticas do ponto de vista da prevenção.

Ao nível da sua estrutura, é composto por 21 itens (Tabela 1) que se dividem em três secções: a) família; b) criança e, c) responsividade. A secção da família corresponde ao nível na qual “a criança foi protegida, cuidada, supervisionada e educada” (p.e. circunstância do agregado familiar). A secção da criança corresponde ao nível na qual “a criança consegue ou não desempenhar o seu papel social e consegue ou não agir de forma responsável e sensível” (p.e. problemas de desenvolvimento). Por último, a secção da responsividade diz respeito “à capacidade que a criança e a sua família têm para se envolverem no tratamento e beneficiarem do mesmo” (p.e. responsividade da família) (Augimeri, Enebrink, Walsh, & Jiang, 2010, p. 45). É pontuado numa escala de três pontos: 0 não presente; 1 pouco presente; e 2 presente, assumindo uma pontuação máxima de 42 pontos

Existe ainda uma coluna de risco crítico, que dá a possibilidade ao avaliador realçar os fatores alarmantes. Deve-se ressaltar que de acordo com juízo profissional não existem pontos de corte neste instrumento, portanto fica ao critério do avaliador, realizar uma avaliação final, no que diz respeito à cotação do comportamento agressivo ou antissocial “baixo”, “moderado”, ou “elevado” (Augimeri, Walsh, Woods & Jiang, 2012; Koegl, Farrington, & Augimeri, 2009; Koegl, Webster, Michael, & Augimeri, 2000; Oliveira, 2015).

Tabela 1

Itens do Earl-21G

Itens	EARL-21G
F1	Circunstâncias do agregado familiar
F2	Continuidade dos cuidadores
F3	Apoios
F4	Fatores de stress
F5	Estilo parental
F6	Interação cuidador-filha
F7	Valores e comportamento antissocial
C1	Problemas de desenvolvimento
C2	Início das dificuldades comportamentais
C3	Abuso/negligência/trauma
C4	Hiperatividade/impulsividade/défice de atenção
C5	Aceitabilidade
C6	Socialização com os pares
C7	Desempenho Académico
C8	Meio de Residência
C9	Desenvolvimento sexual
C10	Atitudes antissociais
C11	Comportamento antissocial
C12	Capacidade de <i>coping</i>
R1	Responsividade da família
R2	Responsividade da criança

No que diz respeito ao F1 encontra-se direcionado para a situação socioeconómica da família, no entanto com o foco para a comunidade onde se encontram inseridos e para os membros do agregado familiar.

Relativamente à continuidade dos cuidadores (F2) aqui irá observar-se as configurações familiares, ou seja o foco está no cuidador primário e a continuidade dos

cuidados exercidos, avaliando em que medidas os cuidados tem sido prestados, tendo em consideração o meio envolvente e como é que as transições afetam a criança.

No que concerne aos apoios (F3) o foco está na presença de suporte/apoio positivos que a família possui e a capacidade de estabelecer laços familiares. Os fatores de stress (F4) avaliam a capacidade da família para lidar com as circunstâncias do dia-a-dia e devem ser avaliados em relação aos seus efeitos prejudiciais em conjunto com a parentalidade.

O estilo parental (F5) deve ser avaliado consoante um estilo parental violento e punitivo, um estilo permissivo ou um estilo firme e afetivo, no qual se deve ter em consideração a falta de limites e a falta de rotinas. Já o item (F6) interação-cuidador centra-se na qualidade da interação entre o cuidador primário. Que está dividido em interação marcada por conflitos elevados, com fraca vinculação concomitantemente a dificuldade na resolução de conflitos e problemas, no entanto o afeto ou vínculo forte estão presentes, onde não existe qualquer tipo de risco. No que diz respeito ao (F7) este item foca o comportamento antissocial na infância, os valores e os comportamentos antissociais dos familiares mais próximos, mesmo que estejam ausentes.

Segue-se o (C1) centra-se nas informações do desenvolvimento precoce cognitivo e físico e até que ponto a influência de eventos de desenvolvimento passados ainda se sentem no presente.

O início das dificuldades comportamentais (C2) serve para perceber em que medida o comportamento da rapariga se tornou grave o suficiente para ser considerado um problema, no entanto deve-se ter em atenção que é o início que se pretende avaliar e não o comportamento propriamente dito.

O Abuso/ Negligência/Trauma (C3) engloba primeiramente o mau trato emocional, físico e sexual da criança, relativamente à negligência a falha em garantir as necessidades básicas a nível físico, emocional e social, no que se refere ao trauma, refere-se a eventos emocionais, poderosos e negativos, para perceber qual o impacto no funcionamento atual da rapariga. Referente a (C4) hiperatividade/impulsividade/défice de atenção como se trata de raparigas deve-se estar atento aos índices de défice de atenção.

No item Aceitabilidade (C5) decide-se se a rapariga é vista como aceitável, através das informações obtidas pelos pais, professores, terapeutas. Ou seja se são crianças consideradas como difíceis de gostar ou apresentam qualidades agradáveis, no entanto são anuladas pelas desagradáveis, ou se as crianças são vistas como sociáveis e fáceis de abordar. A socialização de pares (C6) avalia até que ponto a criança está rodeada de pares pró ou antissociais e quais as suas idades tendo em consideração a qualidade e frequência destas interações.

O desempenho académico (C7) deve-se avaliar se a criança frequenta um nível académico adequado à sua idade, se frequenta o ensino especial ou se já reprovou. E ter em atenção as avaliações escolares. O meio de residência (C8) analisa o meio de residência que podem contribuir para um ambiente perigoso e instável.

O desenvolvimento sexual (C9) centra-se nas atitudes e os comportamentos atipicamente avançados, no entanto deve ter-se especial atenção para as normas culturais.

C(10) atitudes antissociais são distorções cognitivas e erros do pensamento, o essencial é avaliar se as raparigas compreendem os seus processos de pensamento, as suas atitudes perante a autoridade. O comportamento antissocial (C11) considera a gravidade e frequência dos comportamentos, os contextos onde ocorreram e a cronicidade.

A capacidade de coping (C12) avalia se a criança desenvolveu estratégias de coping de acordo com a sua faixa etária. No entanto a capacidade de coping pode ser diminuída pela tristeza e pela sensação de alienação. Por último encontra-se a responsividade da família (R1) para avaliar se há indicadores de que os pais estão relutantes no envolvimento do tratamento ou famílias que podem ser difíceis de envolver. Finalmente, a responsividade da criança (R2) para perceber a motivação da criança para mudar o seus comportamentos e atitudes negativas e a sua predisposição para o tratamento.

1.3 Procedimento

Os dados foram recolhidos em duas CPCJ do distrito de Setúbal. Todas as informações foram recolhidas através de consulta processual.

O estudo foi aprovado pela Comissão de Ética do Instituto Universitário Egas Moniz. A total confidencialidade e o anonimato das crianças, assim como de todas as pessoas envolvidas nos processos foi garantido.

O estudo tem um cariz longitudinal retrospectivo. A cotação dos instrumentos foi realizada retrospectivamente, tendo em conta os dados disponíveis no processo, desde o momento que a criança foi sinalizada até ao momento da primeira deliberação, duração média de 4.75 meses (DP=5.736), sendo que o número mínimo de um mês e máximo de oito meses.

1.4 Análise dos dados

Os dados recolhidos neste estudo foram sujeitos a análises estatísticas com recurso ao programa informático Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 26 para Windows. Inicialmente foram realizadas análises descritivas dos resultados do instrumento EARL-21G. De seguida, foram realizadas análises inferenciais bivariadas com base no teste de Qui-Quadrado (Chi-Square Test, χ^2), bem como análise de variância (ANOVA) Unifatorial ou, em alternativa, o teste Kruskal Wallis, quando não estavam reunidos pressupostos para utilização de teses paramétricos.

2. Resultados

2.1 Caracterização do comportamento antissocial

O comportamento antissocial das raparigas da amostra foi caracterizado de acordo com o motivo da sinalização do caso à CPCJ. Verificou-se que a maioria dos casos referia-se a abandono/absentismo escolar 19 (59.4%), seguido oposição na escola e em casa 6 (18.8%), de crime não violento 4 (12.5%), e por fim crime violento 3 (9.4%).

Para que os grupos fossem mais homogêneos, as análises posteriores com base no motivo da sinalização foram realizadas com três categorias: comportamento qualificado como crime 7 (21.9%), comportamento de oposição na escola e em casa 6 (18.8%) e por fim absentismo e abandono escolar 19 (59.4%).

2.2. Tipo e prevalência dos fatores de risco

A pontuação total do EARL-21G no presente estudo apresentou uma média de 13.84 (DP = 4.629), variando entre 6 e 23 pontos. Na subescala da família observou-se uma pontuação média de 5.75 (DP = 1.646), variando entre 3 e 9 pontos. A subescala criança teve uma pontuação média de 6.50 (DP= 3.716), entre 0 e 16 pontos. A subescala da responsividade, composta apenas por dois itens, obteve uma pontuação total média de 1.56 (DP=1.134), que variou entre 0 e 4 pontos.

A maioria das raparigas neste estudo apresenta um nível de risco elevado 15 (46.9%), seguido de um nível moderado em 9 casos (28.1%) e, por fim, um nível baixo em 8 casos (25%).

Tabela 2

Itens dos fatores de risco

Itens	Ausente	Parcialmente Presente	Presente
F1	7 (21.9%)	20 (62.5%)	5 (15.6%)
F2	26(81.3%)	3(9.4%)	3(9.4%)
F3	4(12.5%)	21(65.6%)	7(21.9%)

F4	6(18.8%)	19(59.4%)	7(21.9%)
F5	3(9.4%)	11(34.4%)	18(56.3%)
F6	10(31.3%)	8(25.0%)	5(15.6%)
F7	22(68.8%)	4(12.5%)	6(18.8%)
C1	27(84.4%)	3(9.4%)	2(6.3%)
C2	1(3.1%)	28(87.5%)	3(9.4%)
C3	11(34.4%)	15(46.9%)	6(18.8%)
C4	27(84.4%)	5(15.6%)	-
C5	22(68.8%)	8(25.0%)	2(6.3%)
C6	23(71.9%)	4(12.5%)	5(15.6%)
C7	7(21.9%)	12(37.5%)	13(40.6%)
C8	22(68.8%)	3(9.4%)	7(21.9%)
C9	31(96.9%)		
C10	14(43.8%)	14(43.8%)	4(12.5%)
C11	13(40.6%)	15(46.9%)	4(12.5%)
C12	23(71.9%)	7(21.9%)	2(6.3%)
R1	11(34.4%)	10 (31.3%)	11(34.4%)
R2	19(59.4%)	8(25.0%)	5(15.6%)

Analisando os fatores de risco em concreto (cf. Tabela 2) e considerando em conjunto a classificação de presente e parcialmente presente, observa-se que os mais prevalentes foram relacionados com o início das dificuldades comportamentais (96.9%), o estilo parental (90.7%) os apoios (87.5%) e os fatores de stress familiares (81.3%).

Verificou-se que 78.1% das crianças estavam inseridas num ambiente familiar abusivo, na sua maioria situações de negligência (65.7%), 59.4% estavam em situação de

abandono/absentismo escolar (e.g., por não gostarem de frequentar o estabelecimento de ensino) e 78.1% apresentava bastantes dificuldades no desempenho académico, incluindo situações de crianças em regime especial, reprovações e necessidade de aulas de recuperação (e.g., não acompanhavam os colegas e, em alguns casos, não sabiam escrever o próprio nome). Salienta-se ainda que 56.3% das raparigas deste estudo revelavam já atitudes antissociais.

Entre os fatores de risco com menor prevalência encontra-se a hiperatividade/impulsividade/défice de atenção (15.6%) os problemas de desenvolvimento (15.7%) a (des)continuidade dos cuidadores (18.8%) os problemas ao nível da socialização com os pares (28.1%), da capacidade de coping (28.2%) , os valores e comportamento antissocial ao nível da família (31.3%) e o meio de residência (31.3%)

2.3. Relação entre o tipo de comportamento antissocial e o nível e tipo de fatores de risco

O tipo de comportamento antissocial das raparigas foi classificado em função dos motivos que levaram à sua sinalização à CPCJ. Estes foram agrupados em comportamento qualificado como crime (7 casos, 21.9%), comportamentos de oposição na escola e em casa (6 casos, 18.8%) e absentismo/abandono escolar (19 casos, 59.4%).

Tabela 3

Associação do tipo do comportamento antissocial com o nível do risco

Motivo de Sinalização	Baixo	Moderado	Elevado
Comportamento Qualificado como crime	71.4%	0.0%	28.9%
Comportamento de oposição na escola e em casa	0.0%	0.0%	100%
Absentismo e abandono escolar	15.8%	47.4%	36.8%

O tipo de comportamento antissocial revelou uma associação significativa com o nível de risco das raparigas do presente estudo ($\chi^2(4) = 18.859, p = .001$). Pode observar-se que o comportamento de oposição na escola e em casa é aquele que na decisão global de risco tem uma pontuação mais elevada, em comparação com restantes tipos de comportamentos, já o comportamento qualificado como crime é aquele que apresenta um nível de risco mais baixo (Tabela 3).

Considerando agora as pontuações obtidas no EARL-21G e respetivas secções, consoante o motivo da sinalização, foram realizadas Análise de Variância (ANOVA) Unifatoriais. Concluiu-se que existiram diferenças significativas entre os grupos ao nível da Pontuação Total do EARL-21G em função do motivo da sinalização ($F(2) = 14.889, p = .000$). Mais especificamente, recorrendo ao teste a posteriori de Tukey, verificou-se que a média das raparigas com comportamento de oposição na escola e em casa ($M=20.33; DP=0.760$) é significativamente superior à média das crianças com comportamento qualificado como crime ($M=10.71; DP=1.539$), verificou-se também que a média das raparigas com comportamento de oposição na escola e em casa é significativamente superior à média das crianças que apresentam absentismo e abandono escolar ($M=12.95; DP=0.785$). Assim como a média das crianças que apresentam absentismo e abandono escolar ($M=12.95; DP=0.785$) é superior à média das raparigas que apresentam comportamento qualificado como crime ($M=10.71; DP=1.539$).

Na secção “Criança” também se encontraram diferenças em função do tipo de comportamento antissocial ($F(2) = 18.018, p = .000$). Mais especificamente, recorrendo ao teste a posteriori de Tukey, verificou-se que a média das raparigas com comportamentos de oposição na escola e em casa ($M=12.17, DP=0.872$) é significativamente superior à média das crianças que praticam um comportamento qualificado como crime ($M=5.14; DP=1.536$) e verificou-se ainda que a média do comportamento de oposição na escola e em casa é significativamente superior à média das crianças com absentismo e abandono escolar ($M=5.21; DP=0.450$).

No que respeita a secção da responsividade em função do tipo de comportamento antissocial, também se encontraram diferenças significativas ($\chi^2_{KW}(2) = 9.492, p = 0.009$). Mais especificamente, verificou-se que a média das raparigas com absentismo e abandono escolar ($M=1.95; DP=0.235$) é significativamente superior à média das

crianças com comportamento qualificado como crime ($M=0.43$; $DP=0.297$), assim como a média das raparigas com comportamentos de oposição na escola e em casa ($M=1.67$; $DP=0.422$) é significativamente superior à média das raparigas com comportamento qualificado como crime ($M=0.43$; $DP=0.297$).

Tabela 4

Frequência dos fatores de risco por tipo de comportamento antissocial

Itens	Comportamento Qualificado como Crime	Comportamento de oposição na escola e em casa	Absentismo e Abandono Escolar
Estilo Parental	2 11.1%	3 16.7%	13 72.2%
Abuso/Negligência/Trauma	1 16.7%	0 0.0%	5 83.3%
Aceitabilidade	0 0.0%	2 100%	0 0.0%
Desempenho Académico	1 7.7%	4 30.8%	8 61.5%
Atitudes Antissociais	0 0.0%	4 100%	0 0.0%
Comportamento Antissocial	0 0.0%	4 100%	0 0.0%
Capacidade de Coping	0 0.0%	4 100%	0 0.0%
Responsabilidade da Família	0 0.0%	0 0.0%	11 100%
Responsabilidade da Criança	0 0.0%	3 60.0%	2 40.0%

A relação entre o tipo de comportamento antissocial e cada um dos itens do EARL-21G foi analisada recorrendo a testes Qui-Quadrado. Os fatores para os quais se encontraram associações estatisticamente significativas são apresentados na Tabela 5. Ao

nível dos fatores de risco ligados à família, encontraram-se associações significativas entre o tipo de comportamento antissocial e o estilo parental ($\chi^2(4) = 14.963$ $p=0.05$) e o abuso/negligência/trauma ($\chi^2(4) = 13.520$ $p=0.009$). Constata-se que ambos os fatores de risco têm maior frequência nos casos de absentismo e abandono escolar.

Nos fatores da criança, existe associação significativa a entre o tipo de comportamento antissocial e a aceitabilidade ($\chi^2(4) = 11.324$ $p=.023$), mais frequente nos casos de comportamento de oposição, o desempenho académico ($\chi^2(4) = 10.759$ $p=.029$), mais frequente nos casos de absentismo e abandono escolar, as atitudes antissociais ($\chi^2(4) = 15.137$ $p=.004$), o comportamento antissocial foi ($\chi^2(4) = 22.509$ $p=.000$) e a capacidade de coping ($\chi^2(4) = 14.191$ $p=.007$), estes três últimos mais frequentes nos comportamentos de oposição.

Nos fatores de risco ligados à responsividade, encontraram-se associações significativas com o tipo de comportamento antissocial para a responsividade da família ($\chi^2(4) = 12.619$ $p=.013$), mais frequente nos casos de absentismo e abandono escolar, e da criança ($\chi^2(4) = 13.193$ $p=.010$), mais frequente nos casos de comportamentos de oposição.

Discussão

O estudo do comportamento antissocial está ainda muito relacionado à adolescência. Contudo, são diversos os estudos que relevam que a origem do problema é anterior a esta idade (Moffit & Caspi, 2000). O presente estudo recaiu essencialmente no comportamento antissocial de crianças dos seis aos onze anos. De forma ainda mais específica e igualmente menos frequente na literatura, este estudo incidiu sobre uma amostra do sexo feminino.

Pela análise do tipo de comportamento antissocial exibido pelas raparigas do presente estudo, concluiu-se que o tipo de comportamento mais prevalente de acordo com o motivo de sinalização é o absentismo e abandono escolar. Assim, as raparigas tendem a não ter um comportamento que contemple a prática do crime e muitas vezes não demonstram qualquer tipo de padrão mais severo até ao início da adolescência (Silverthorn & Frick, 1999), direcionando mais as suas reações para comportamentos de oposição e de faltar à escola ou até mesmo abandonar a frequência escolar.

Este padrão de resultados é diferente no que respeita à gravidade dos comportamentos das crianças portuguesas comparativamente com a população canadiana. Por exemplo o estudo de Augimeri (2005) abrangeu uma amostra de crianças que adotou comportamentos de elevada gravidade, tais como roubo, assalto com armas, fogo posto, entre outros, já amostra do presente estudo contempla comportamentos tais como absentismo/abandono escolar, existindo uma menor percentagem de crianças que foi sinalizada por comportamentos de maior gravidade.

O segundo objetivo era identificar o tipo de prevalência dos fatores de risco para o comportamento antissocial apresentado por estas crianças. No que concerne aos níveis de risco concluiu-se que as raparigas apresentam maioritariamente um nível de risco elevado, contrariamente aos resultados de um estudo anterior com o mesmo instrumento (Coelho, 2017) no qual a maioria das crianças do sexo feminino apresentou um nível de risco moderado, isto pode dever-se ao facto da amostra no presente estudo ser inferior. Possivelmente se se analisasse uma amostra com o mesmo número de participantes ou superior poder-se iam obter os mesmos resultados.

Os fatores de risco mais significativos neste estudo são: o estilo parental, uma vez que a família tem uma influência muito notória na manifestação do comportamento antissocial (Koelg, Farrington & Augimeri, 2009; Henriques, 2014). Pois os pais apresentam não só grandes défices na educação dos filhos mas também educam, em muitos casos, para o comportamento antissocial (Lerner & Steinberg, 2004).

No que diz respeito aos apoios estes centram-se principalmente na presença ou na ausência de recursos que servem de suporte à família, uma vez que os apoios de natureza emocional diminuem os efeitos de fatores stressantes na vida familiar, acabando por promover interações mais benéficas entre os membros da família, sendo que é importante verificar a qualidade das relações que dão base a esse suporte. (D'Abreu & Marturano, 2010).

Os fatores de stress, são um fator que podem afetar o bom funcionamento familiar e o facto de a família funcionar como uma unidade, ou seja vários são os acontecimentos que podem influenciar de forma negativa tais como o desemprego e problemas conjugais, que foram os mais vistos durante esta recolha (Devito & Hopkins, 2001). Assim não só afetam as perceções da família como também em relação aos comportamentos negativos das crianças em associação com o comportamento antissocial.

O início das dificuldades comportamentais, por vezes o mau comportamento começa cedo na infância e acaba por ir escalando ao longo do tempo (Henriques, 2014). Estudos de Fischer et al.(1993) mostraram que competência cognitiva e académica precoce antevê que habilidades académicas na adolescência.

Abreu e Marturano em 2010 realizaram um levantamento na literatura de estudos prospetivos e longitudinais investigando a associação entre problemas de comportamento externalizantes e baixo desempenho escolar, no período de 1990 a 2006. A análise dos artigos evidencia que o baixo desempenho escolar e problemas externalizantes sugere a influência de variáveis antecedentes, como condições adversas na família e baixo nível socioeconómico.

A negligência é outro fator importante centrado mais na rapariga, por parte dos pais, as fracas competências de organização ou educativas dos pais, leva a um esquecimento, muitas vezes das necessidades básicas da criança como a higienização Fonseca (2002 cit. in Cavadas, 2010).

O desempenho académico é um fator que implica diretamente a criança, pois muitas vezes as crianças não se sentem integradas, ou têm uma relação difícil com os professores, ou a falta de organização familiar, o baixo nível escolar, a ausência de supervisão, bem como o reduzido investimento na realização académica dos filhos constituem outros tantos fatores de risco do abandono escolar (González & Blanco, 2005; Taborda Simões, Fonseca, Vale Dias & Lopes, 2008). Concomitantemente o abandono/absentismo pode estar associados ao afastamento do estabelecimento de ensino, pois a não frequência ou até mesmo o abandono tem um impacto muito negativo no desenvolvimento das crianças e também no bom funcionamento da sociedade, uma vez que as crianças não indo à escola acabam por executar determinados comportamentos como por exemplo roubar, vandalizar, ou seja infringem mais as regras, tendem ter uma atitude mais de confrontação, despoletam brigas, denotam menos controlo de si e apresentam mais sintomas depressivos (Taborda Simões, Fonseca, Vale Dias & Lopes 2008). Autores acreditam que as características da depressão incluem também dificuldades de concentração, perda de interesse em atividades, e vêm a sua autoestima diminuída e assim, existe a possibilidade de enfraquecerem os vínculos com as instituições pró-sociais, acabando por se associarem a pares desviantes (Obeidallah & Earls, 1999)

As atitudes antissociais também foi um dos itens que cotou como significativo, ou seja através deste resultado percebeu-se que as crianças são muitas vezes incapazes de sentir remorsos ou culpa (Oliveira, 2015). As crenças e as atitudes podem refletir-se em sentimentos negativos sobre os pais, professores, forças policiais, juízos, ou outras figuras de autoridade. Uma característica importante do jovem com propensão para a violência é a desvinculação ou a alienação de símbolos de autoridade. Esta alienação pode estar associada a experiências negativas com a autoridade, mas está frequentemente relacionada com uma alienação mais geral estabelecida precocemente no processo de socialização (Oliveira, 2015).

Verificou-se ainda que outras variáveis podem contribuir para a explicação plausível dos comportamentos antissociais dos adolescentes, como é o caso das atitudes negativas, da falta de empenho nas tarefas escolares ou da ausência de vinculação para com a escola (Sierra & Mesquira, 2006; Taborda Simões, Fonseca, Vale Dias & Lopes 2008).

Num estudo realizado por Farrington (1998 cit. in Oliveira, 2015; D'Abreu & Marturano, 2010; Gomes, 2017; Fischer et al, 1993) demonstrou preditores para um futuro comportamento desviante entre os oito e os dez anos são eles: comportamento antissocial da criança, hiperatividade, impulsividade, défice de atenção, baixa inteligência e rendimento escolar baixo, criminalidade familiar, pobreza familiar, família numerosa, condições habitação más, disciplina autoritária e rígida, supervisão pobre, conflito parental, separação dos pais. Sendo que, no intervalo de idade acima referido a disrupção infantil tornou-se o melhor preditor.

Os estudos longitudinais referem a família como sendo o contexto social chave na etiologia do comportamento antissocial do jovem, apontando como principais preditores determinados fatores relacionados com as práticas de gestão familiar (e.g., disciplina parental rígida/punições frequentes, práticas disciplinares inconsistentes), a qualidade dos relacionamentos (e.g., baixo envolvimento parental, divórcio, comunicação), e aspetos aliados à criminalidade familiar e sua dimensão (e.g., numerosa ou monoparental) (Murray & Farrington, 2010; O'Mahony, 2015; Sierra & Mesquita, 2006).

O terceiro objetivo do estudo era relacionar o tipo de comportamento antissocial com o tipo e a prevalência dos fatores de risco destas crianças. Observou-se que o comportamento que mais se destacou, de acordo com a decisão global de risco foi o comportamento de oposição na escola e em casa, com risco elevado e o absentismo escolar, com uma percentagem de risco elevado menor.

Com base nos resultados obtidos com a pontuação total do instrumento, concluiu-se que as crianças que foram sinalizadas por comportamentos de oposição na escola e em casa apresentam mais fatores de risco do que aquelas que foram sinalizadas por comportamento qualificado como crime e, por sua vez as crianças que praticam comportamentos de oposição na escola e em casa a pontuação é superior às crianças em absentismo e abandono escolar.

Assim o comportamento mais preocupante é o comportamento de oposição na escola e em casa, pois é classificado como risco elevado. Estudos referem que as dificuldades de comportamento são mais notórias em contexto escolar (Hinshaw, 199; 2Silva, Marturano & Manfrinato, 2005), uma vez que as crianças passam muito mais tempo na escola e em atividades extracurriculares e não se encontram sob vigilância parental. Isto acontece muitas vezes pelo excesso de carga horária dos encarregados de educação acabando por transpor o que aprendem e vivenciam no seu lar ou com os seus pares para o estabelecimento de ensino. Acrescentando ainda que devido à metodologia que é adotada nas escolas, onde utilizam um padrão comportamental que estas não conseguem cumprir e devido à falta de motivação para a matéria que é lecionada. Além disso o facto de não existir um número proporcional de profissionais não docente e crianças (e.g. um funcionário para cada dez crianças), acabando por despoletar comportamentos de oposição, visto não obterem supervisão parental nem no próprio estabelecimento de ensino.

Analisando a natureza dos fatores de risco, verificou-se que as raparigas que foram sinalizadas por comportamento de oposição na escola e em casa apresentaram mais fatores de risco relacionados com a criança do que aquelas que foram sinalizadas por comportamento qualificado como crime, uma vez que as raparigas tendencialmente tendem a não agir de forma tão severa e agressiva, como por exemplo os rapazes. O número de raparigas com comportamento de oposição é superior às raparigas que apresentam comportamentos de absentismo e abandono escolar, tendencialmente as raparigas tendem a ter comportamentos desviantes, não acabando por abandonar totalmente a escola. A intervenção muitas vezes por parte das comissões previne que o comportamento escale até ao absentismo/abandono permanente do estabelecimento de ensino, através de estratégias, caso os intervenientes sejam cooperantes. E por sua vez as

crianças que foram sinalizadas por absentismo e abandono escolar apresentaram mais fatores de risco relacionados com as raparigas do que aquelas que foram sinalizadas por comportamentos qualificados como crime (Cénat, Hébert, Blais, Lavoie, & Guerrier, 2014), uma vez que as raparigas não têm tanta tendência para cometer atos qualificados como crimes mas sim para abandonar a escola pois muitas vezes não se identificam com o estabelecimento de ensino ou com o seus pares, um motivo que foi observado através da recolha deve-se ao facto dos progenitores não compreenderem o motivo da necessidade dos seus filhos frequentarem a escola.

Verificou-se que o cruzamento entre pontuação total da subescala da família com os motivos de sinalização, não resultou em resultados significativos. Diversos estudos demonstram que a família é sempre uma área de risco independentemente do tipo de comportamento antissocial (Loeber & Farrington, 1998).

Os resultados obtidos vão de encontro ao que se encontra espelhado pelas autoras Augimeri, Walsh, Enebrink, Jiang & Dassinger em 2010, onde referem que as raparigas apresentam maior risco nas subescalas da família e da criança.

Contudo, os casos de absentismo e abandono escolar têm mais fatores de risco relacionados com a responsividade (Oliveira, 2015) uma vez que é em relação ao estabelecimento de ensino que as famílias se encontram mais relutantes e não aderem à intervenção, do que nos casos de comportamento qualificado como crime e comportamento de oposição na escola e em casa.

Conclui-se que consoante o tipo de comportamento antissocial existem fatores de risco diferentes. No geral estes fatores de risco são mais preponderantes no comportamento de oposição na escola e em casa, como é o caso da aceitabilidade, uma vez que é na escola que a criança interage com outras crianças e percebe-se qual o impacto que a criança tem para com os seus pares. No que diz respeito às atitudes antissociais, o comportamento agressivo é influenciado pela combinação de atitudes e pensamentos no que respeita a consequências sociais.

O comportamento antissocial na escola e o facto de alguns comportamentos poderem ser considerados crime se a criança já tivesse atingido a idade de responsabilidade criminal, a manipulação dos outros, agressão e o bullying (Taborda

Simões, Fonseca, Vale Dias & Lopes 2008), no que respeita à capacidade de coping das raparigas, muitas destas têm dificuldade em responder eficazmente às adversidades e preocupações, uma vez que as raparigas antissociais são menos competentes na resolução de problemas do que os seus pares (Sierra & Mesquita, 2006; Zanini & Borsa, 2015).

Relativamente à responsividade da criança, como já referi anteriormente estas crianças têm muita dificuldade em aderir ao tratamento o que leva à continuação dos comportamentos de oposição (Oliveira, 2015).

No entanto, existem fatores de risco que são mais significativos no absentismo e abandono escolar, como é o caso do estilo parental, uma vez que a disciplina severa e punitiva está associada a problemas de agressividade, pois o comportamento agressivo na escola está mais relacionado com uma parentalidade hostil em raparigas. Assim como abuso/ negligência/trauma, neste caso em concreto, a negligência é um factor que é visto pelos pares e pelos professores o que acaba por influenciar o desempenho académico da criança. O desempenho académico está totalmente alienado ao absentismo/abandono escolar uma vez que as notas baixas vão levar a uma baixa auto estima, a distorções e a um desinteresse acabando por levar ao abandono escolar (Delgado, 2008).

A responsividade da família esta tem muita dificuldade em perceber o quão importante é a frequência na escola e as suas potencialidades, no entanto os impedimentos para as suas filhas irem à escola estão muito associados a crenças que estão incutidas nos pais (González & Blanco, 2005).

No entanto um estudo de Wong em 2010 refere quanto mais fatores de risco o jovem apresentar ou for exposto, a probabilidade de delinquir é maior, independentemente do sexo.

Conclusão

A elaboração desta dissertação teve como objetivo principal aprofundar o conhecimento acerca dos fatores de risco em crianças dos seis aos onze anos.

De facto, apesar de as raparigas constituírem uma percentagem menor da delinquência, os seus problemas são profundos, reflectem questões sociais e factores de risco singulares, que se interligam, e são, potencialmente, causa e consequência uns dos outros.

Os fatores de risco mais visíveis foram o início das dificuldades comportamentais, o estilo parental, os apoios, os fatores de stress familiares, o ambiente familiar, a negligência, o abandono escolar e as dificuldades comportamentais. Portanto uma vez que nos deparamos com fatores que direta ou indiretamente estão ligados à família, seria pertinente explorar essa área através de outro instrumento e perceber quais as implicações. A realização de uma formação parental, de modo a desmistificar crenças que ainda se encontram enraizadas, em muitas famílias, uma vez que é o início de um novo ciclo para muitas raparigas e também para as suas famílias.

Concluiu-se que a intervenção deve-se direccionar para os fatores de risco associados à criança (e.g., problemas de desenvolvimento, desempenho académico, atitudes antissociais, entre outros), no entanto, a intervenção não se deve centrar apenas numa só subcategoria (e.g., família), mas sim nas três subcategorias apresentadas (i.e., família, criança e responsividade). Caso contrário, iria-se deixar de parte determinadas informações que farão falta na avaliação do risco.

Deve arranjar-se estratégias eficazes de modo a motivar tanto as crianças como as famílias para o tratamento com os recursos que têm à disposição.

Este estudo apresenta algumas limitações, desde logo a reduzida dimensão da amostra, uma vez que esta apenas foi recolhida em duas CPCJ. Uma outra limitação está associada muitas vezes à falta de informação nos processos. O acesso direto às crianças possibilitaria uma recolha direta e acabaria por diminuir a perda de informação.

Apesar das limitações, é possível com base nos resultados deste estudo apontar algumas potenciais implicações que o mesmo sugere do ponto de vista da prevenção um exemplo disso é o facto de existir um estudo apenas direccionado para as raparigas em Portugal, pois permite assim clarificar e consolidar informação sobre os comportamentos realizados por estas. Também a consolidação de informação, ou seja a contribuição do estudo para a investigação.

Em estudos futuros sugere-se alargar a amostra, com recurso a entrevistas às crianças e às suas famílias. Este tipo de investigação é uma mais valia de modo a que seja possível um melhor conhecimento dos fatores responsáveis pelos comportamentos antissociais pois assim permite auxiliar os técnicos, professores, pais no processo de intervenção.

A identificação dos fatores de risco permite desenvolver estratégias eficazes e criar planos de intervenção específicos de acordo com fatores de risco de cada criança nas áreas mais problemáticas, no entanto, importa que esses programas sejam implementados logo no início do ensino básico, pois é nessa altura que os primeiros fatores de risco tendem a manifestar-se, também é necessário adaptar tais programas à idade em que os alunos se encontram, uma vez que os fatores de risco não são necessariamente os mesmos nas diversas fases do desenvolvimento, no entanto também será necessário a formação de professores para a identificação de diversos fatores de modo a ser mais fácil a sinalização às comissões.

Referências

- Andrews, D. A., & Bonta, J., & Wormith, J. S. (2006). The recent past and near future of risk/need assessment. *Crime and Delinquency*, 52, 7-27.
- Andrews, D.A., & Bonta, J. (2010). *Rehabilitating criminal justice policy and practice. Psychology, Public Policy, and Law*, 16 (1), 39- 55. doi:10.1037/a0018362.
- Assink, M., Put, C. E., Hoeve, M., Vries, S. L., Stams, G. J, & Oort, F. J. (2015). Risk factos for persistent delinquent behavior among juveniles: A metaanalytic review. *Clinical Psychology Review*, 42, 47–61. doi: 10.1016/j.cpr.2015.08.002.
- Augimeri, L. K., Enebrink, P., Walsh, M., & Jiang, D. (2010). Gender-specific childhood risk assessment tools. *Handbook of violence risk assessment*, 43-58. Augimeri, L., Walsh, M., Woods, S., & Jiang, D. (2012). Risk assessment and clinical risk management for young antisocial children: The forgotten group. *Universitas Psychologica*, 11 (4), 1147-1156.
- Augimeri, L., Pepler, D., Walsh, M., & Kivlenieks, M. (2016). Addressing chlidren's disruptive behavior problems: A thirty-year journey with SNAP (stop now and plan). In P. Sturmey (2Eds.), *The Wiley Handbook of Violence and Aggression*.
- Augimeri, L. K., Enebrink, P., Walsh, M., Jiang, D., Blackman, A. & Kanter, D. (2016) Gender-Specific Childhood Risk Assessment Tools: Early Assessment Risk Lists for Boys (EARL-20B) and Girls (EARL-21G), Tools. R. K. Otto and K. Douglas, (Eds).*Handbook of Violence Risk Assessment*.
- Bordin, AS. I., & Offord, R. D. (2000). Transtorno da conduta e comportamento anti-social. *Revista Brasileira Psiquiatria*, 22 (Supl II), 12-15.
- Caspi, A., Lynam, D., Moffitt, T. E. & Silva, P. A. (1993). Unraveling girls' delinquency: Biological, dispositional, and contextual contributions to adolescent misbehavior. *Developmental Psychology*, 29 (1), 19-30.
- Catchpole, R.E. & Gretton, H.M. (2003). The predictive validity of risk assessment with violent young offenders: A 1-year examination of criminal outcome. *Criminal Justice and Behavior*, 30 (6), 688-708. doi: 10.1177/0093854803256455.

- Cénat, J. M., Hébert, M., Blais, M., Lavoie, F., Guerrier, M., & Derivois, D. (2014). Cyberbullying, psychological distress and self-esteem among youth in Quebec schools. *Journal of Affective Disorders*, 169, 7-9. doi:10.1016/j.jad.2014.07.019
- Coelho, I. I. (2017). *Comportamento antissocial em crianças dos seis aos onze anos: avaliação e gestão do risco*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Costa, S. F., & Teixeira, S. (2016). “A história não tem de ser o destino”: o risco psicossocial em crianças com famílias disfuncionais. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 7 (1-2), 193-203.
- Cunha, O. (2016). Dicionário crime, justiça e sociedade. In Maia et al. (Ed.), *Fator de risco* (pp. 211-212). Lisboa: Edições Sílabo.
- D'Abreu, L. C., & Marturano, E. M. (2010). Associação entre comportamentos externalizantes e baixo desempenho escolar: uma revisão de estudos prospectivos e longitudinais. *Estudos de Psicologia*, 15 (1).
- Delgado, P. (2008). A criança em risco e a relação escola-família. Protecção e sucesso educativo. *Revista interuniversitária de Pedagogia Social*, 15, 113-122.
- Devito, C., & Hopkins, J. (2001). Attachment, parenting, and marital dissatisfaction as predictors of disruptive behavior in preschooler. *Development and Psychopathology*, 13 (2001), 215–231
- Duarte, M.V. (2011). *Os caminhos de Alice do outro lado do espelho: Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina* (Dissertação de doutoramento). Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- Enebrink, P., Langstrom, N., Hultén, A., & Gumpert, C. (2006). Swedish validation of the early assessment risk list for boys (EARL-20B) a decision aid for use with children presenting with conduct-disordered behaviour. *Nordic journal of Psychiatry*, 60 (6) 438-446.

- Fagan, A. A., Horn, M. L., Hawkins, J.D. & Arthur, M. W. (2007). Gender similarities and differences in the association between risk and protective factors and self-reported serious delinquency. *Prev Sci*, 8, 115-124.
- Farrington, D. P. (2001). Key results from the first forty years of the Cambridge Study in delinquent development. In T.P. Thornberry, & M.D. Krohn (Eds.), *Taking Stock of Delinquency: An overview of Findings from Contemporary Longitudinal Studies* (pp. 137-184). New York: Kluwer/Plenum.
- Fernandes, B. R. (2013) *Fatores de risco e proteção em jovens portugueses a cumprir medidas tutelares educativas na comunidade* (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz.
- Fischer, M., Barkley, R. A., Fletcher, K. E., & Smallish, L. (1993). The adolescent outcome of hyperactive children: predictors of psychiatric, academic, social, and emotional adjustment. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 32, 324-332.
- Frizzo, G. B., Pedrini, J. R., Souza, D. S., Bandeira, D. R., & Borsa, J. C. (2015). Reliability of child behavior checklist and teacher's report form in a sample of Brazilian children. *Universitas Psychologica*, 14 (1), 149-156.
- Formiga, N., Aguiar, M. & Omar, A. (2008). Busca de sensação e condutas antissociais e delitivas em jovens. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 28 (4), 668-681.
- Fontaine, N., Carbonneau, R., Vitaro, F., Barker, E. D. & Tremblay, R. E. (2009). Research review: A critical review of studies on the developmental trajectories of antisocial behavior in females. *Journal of Child Psychology and Psychiatry* 50 (4), 363–385.
- Gequelin, J., & Carvalho, M.M (2007). Escola e comportamento anti-social. *Ciências & Cognição*, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 11, 132-142.
- González. R, M., & Blanco. L, A. (2005). Fracaso y abandono escolar en educación secundaria obligatoria: implicación de la familia y los centros escolares. *Aula Abierta*. Universidade de Olviedo 85, 127-146.

- Guy, L. (2008). Performance indicators of the structured professional judgment approach for assessing risk for violence to others: A meta-analytic survey (Unpublished doctoral dissertation). Simon Fraser University, Canada.
- Henriques, B. M. (2014). Qualidade da vinculação e comportamento antissocial na infância. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1 (1), 35-44.
- Hinshaw, S. P. (1992). Externalizing behavior problems and academic underachievement in childhood and adolescence: causal relationships and underlying mechanisms. *Psychological Bulletin*, 111, 127-155.
- Hipwell, A., & Loeber, R. (2006). Do we know which interventions are effective for disruptive and delinquent girls?. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 9 (4), 221-255. doi: 10.1007/s10567-006-0012-2
- Hutz, C., & Silva, D. (2002). Avaliação psicológica com crianças e adolescentes em situação de risco. *Avaliação Psicológica*, 1, 73-79.
- Jiang, D., Walsh, M. M., Augimeri, L. K. (2011). The linkage between childhood bullying behaviour and future offending. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 21, 128-135.
- Koegl, C., Farrington, D., & Augimeri, L. (2009). Clinician perceptions of childhood risk factors for future antisocial behavior. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 38 (4), 564-575. doi: 10.1080/15374410902976361
- Koegl, C., Webster, C., Michel, M., & Augimeri, L. (2000). Coding raw data: Toward understanding raw life. *Child & Youth Care Forum*, 29 (4), 229-246.
- Lerner, M. R., & Steinberg, L. (2004). Handbook of adolescent psychology: vol. 2 Adolescent challenges, Choices and positive youth development (3rd.ed, pp.627-644). John Wiley & sons, inc. New Jersey.

- Loeber, R., Stouthamer-Loeber, M. (1998). Development of juvenile aggression and violence: Some common misconceptions and controversies, *American Psychologist*, 53, 242-259.
- Loper, A. (1999), Female juvenile delinquency: risk factors and promising interventions. *Institute of law, Psychiatry & Public Policy*.
- Marinho, L. M., Caballo, E. V. (2002). Comportamento anti-social infantil e seu impacto para a competência social. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 3 (2), 141-147.
- Melo, C. (2008) *Construção de um instrumento de diagnóstico de crianças e jovens em risco de abandono escolar*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Moffitt, T. (1993). Adolescent-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A development taxonomy. *Psychological Review*, 100 (4), 674-701.
- Molen, E., Blokland, A., Hipwell, A., Vermeiren, R., Doreleijers, T., & Loeber, R. (2015). Girls' childhood trajectories of disruptive behavior predict adjustment problems in early adolescence. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 56 (7), 766-773. doi:10.1111/jcpp.12339
- Mulder, E., Brand, E., Bullens, R., & Van Marle, H. (2011). Risk factors for overall recidivism and severity of recidivism in serious juvenile offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 55(1), 118-35. doi:10.1177/0306624X09356683.
- Murray, J., & Farrington, D.P. (2010). Risk factors for conduct disorder and delinquency: Key findings from longitudinal studies. *The Canadian Journal of Psychiatry* 55 (10), 633-642.
- Nunes, M. L., Caridade, S., Oliveira, A., Costa, A., Carvalho, C & Guerra L. (2015). Avaliação psicológica de jovens com comportamentos desviantes. *Avaliação Psicológica*, 2, 179-193.

- Research review: A critical review of studies on the developmental trajectories of anti-social behavior in females. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 50 (4), 363-385.
- Romão, A.F. (2013). *Indicadores de Sucesso e Insucesso das Medidas Tutelares Educativas*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz.
- Silverthorn, P., & Frick, P. J. (1999). *Developmental pathways to antisocial behavior: The delayed-onset pathway in girls. Development and Psychopathology*, 11(1), 101–126. doi:10.1017/s0954579499001972.
- Walsh, M. M., Pepler, D. J. & Levene, K. S. (2002). A model intervention for girls with disruptive behaviour problems: The earls court girls connection. *Canadian Journal of Counselling*, 36 (4), 297-311.
- Obeidallah, A., & Earls, J. (1999). Adolescent Girls: The Role of Depression in the development of delinquency. *Juvenil offender solutions* 5, 4. Retirado de <https://search.proquest.com/openview/2f48007f7f7f2288bf5d2090656b011f/1?pq-origsite=gscholar&cbl=30336>
- O'Mahony, P. (2009). The risk factors prevention paradigm and the causes of youth crime: A deceptively useful analysis?. *Youth Justice*, 9 (2), 99–114. doi:10.1177/1473225409105490
- Oliveira, S. A. (2015). *A avaliação do Risco de Violência Juvenil: Um contributo para o seu Estudo*. (Dissertação de Douturamento). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
- Sampaio, D., Cruz, H., & Carvalho, M. (Eds.). (2013). *Crianças e jovens em risco: A família no centro da intervenção*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sapienza, G., & Pedromônico, M. M. (2005). Risco, Proteção e Resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, 10 (2), 209-216.
- Sierra, V., & Mesquita, W. (2006) Vulnerabilidade e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. *São Paulo em Perspetiva*, 20 (1), 148-155.

- Silva, A. T., Marturano, M. E., & Manfrinato, W. J. (2005) Mães avaliam comportamentos socialmente “desejados” e “indesejados” de pré-escolares. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 10 (2), 245-252
- Taborda Simões, M. C., Fonseca, A. C., Formosinho, M. D., Vale Dias, & Lopes, M. C. (2008). Abandono escolar precoce: Dados de uma investigação empírica. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 42 (1), 135-151.
- Zahn, M. A., Hawkins, S. R., Chiancome, C. & Whitworth, A. (2008). Violence by teenage girls: trends and context, *OJJDP Girls Study Group: understanding and responding to Girl's Delinquency*, Washington: US Office of Justice Programs.
- Zanni, D. S. & Borsa, J. C (2015). Avaliação e enfrentamento de problema de crianças e adolescentes com diferentes níveis de comportamentos externalizantes. *Psico*, 46 (2), 188-197.

